ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DOS TERRITÓRIOS

VÍTOR NUNES LEAL

SUMÁRIO: I — *Competência legislativa.* II — *A nossa justiça na colônia e no Reino.* III — *O poder judicial no Império.* IV — *A Constituição de 1891: Influência norte-americana — Julgamento de constitucionalidade — Garantias constitucionais — Dualidade de Justiças.* V — *A Constituição de 1934.* VI — *A Constituição de 1937: Unificação da jurisdição — O Supremo Tribunal — Organização judiciária dos Estados — Confronto com a Constituição de 1934 — Julgamento de constitucionalidade — O Decreto-lei número 1.202 e o Código de Processo Civil.* VII — *O Decreto-lei n.º 6.887.*

I. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

1. Pelo Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944, publicado no *Diário Oficial* de 4 do mês seguinte, foi dada estrutura uniforme à organização judiciária dos territórios. E', como não podia deixar de ser, uma lei federal, porque regula matéria da competência legislativa da União, consoante o disposto nos arts. 16, XXII, 4.º e 53 da Constituição. Estando em função os demais órgãos políticos previstos no ordenamento constitucional, tal atribuição legislativa pertence ao Conselho Federal (art. 53), ou ao Presidente da República, nos períodos de recesso do Parlamento (art. 13). Atualmente, entretanto, essa competência é privativa do Presidente da República, por força da disposição transitória do art. 180.

A organização estabelecida pelo Decreto-lei n.º 6.887 é uniforme, porque se aplica não só aos territórios ultimamente criados (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu), como ainda aos do Acre e Fernando de Noronha, cujas justiças estavam reguladas por outras leis. Aliás ao de Fernando de Noronha, por disposição especial da nova lei (art. 169), continuam aplicáveis as leis anteriores.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

N.º 3.602 — Em 19-12-44 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Em virtude da criação dos Territórios Federais de Fernando Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, e Iguaçu, passaram para a competência privativa da União, nos termos do art. 20, I, letra f, da Constituição de 1937, os tributos cobrados pelos Estados de que foram desmembrados esses territórios (Decretos-leis ns. 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, art. 2.º, e 5.839, de 21 de setembro de 1934, art. 13). Posterior-

II. A NOSSA JUSTIÇA NA COLÔNIA E NO REINO

2. A oportunidade da promulgação da lei, que nos ocupa, sugere rápido exame da organização da justiça no Brasil, destacando-se as alterações mais importantes que tem sofrido.

JOÃO MENDES assinala quatro períodos na história da organização judiciária no Brasil: o da Colônia, dividido em duas fases, a dos donatários, de 1534 a 1549, e a dos governos gerais, que abrange a vice-reinado, de 1549 a 1808; o do Reino-Unido, que vai de 1808 ao juramento da Constituição Imperial (1824); o do Império, com duas fases, a primeira até 1833, e a segunda até a República¹.

Podemos acrescentar a estes quatro períodos outros dois, relativos às Constituições de 1934 e 1937, deixando de considerar a reforma constitucional de 1926 como período distinto, porque nela, como adiante veremos, exceção feita da questão dos tribunais regionais, apenas se consagrou, no tocante à organização da justiça, a orientação dominante no Supremo Tribunal Federal.

3. Na primeira fase do primeiro período, os próprios donatários exerciam funções judiciais e também as exerciam o ouvidor geral, juizes ordinários, vereadores, juizes almotacés, juizes de órfãos, etc. Na segunda fase, sob o regime do Livro Primeiro das Ordenações, "a distribuição da justiça estava incumbida a corregedores de comarca, ouvidores gerais e ouvidores de comarca, chanceréis de comarca, provedores, juizes ordinários, juizes de fora, juize de vintena, juizes de órfãos, vereadores, almotacés e alcaides, e, como tribunais superiores havia as relações da Bahia e do Rio de Janeiro".

4. O segundo período foi assinalado com a criação, no Rio de Janeiro, da Casa de Suplicação e da Mesa do Desembargo do Paço, Consciência e Ordens (suprimidos em 1828), e com a organização das Relações do Maranhão e de Pernambuco.

Interessa-nos mais de perto a história da nossa organização judiciária a partir do período imperial. E' que, anteriormente a 1828, quando a lei de 1 de outubro retirou às câmaras municipais suas atribuições judiciais contenciosas, havia não só delimitação imprecisa das diversas competências judi-

1 *Direito Judiciário Brasileiro*, 2.^a ed., Rio, 1918, ps. 80 ss.

mente, o Decreto-lei n.º 6.269, de 14 de setembro de 1944, estendeu as leis tributárias federais, aplicáveis ao Acre, aos demais territórios.

2. A execução deste Decreto-lei tem encontrado óbices difíceis de transpor. Inicialmente, um elemento de ordem prática interpõe-se entre o texto da lei e seu exato cumprimento: a legislação tributária do Acre não é conhecida nos demais Territórios. Não dispondo de coleções das leis brasileiras e do *Diário Oficial*, os governos territoriais e suas repartições fiscais vêem-se a braços com tremendas dificuldades para aplicar uma legislação cujos termos desconhecem quase por completo.

ciais, como ainda o exercício cumulativo de funções judiciais por órgãos de natureza administrativa².

III. O PODER JUDICIAL NO IMPÉRIO

5. No Império, a justiça era ministrada por um Supremo Tribunal de Justiça (Lei de 18 de setembro de 1828); pelas Relações (além das quatro já mencionadas, foram criadas em 1873 as sete seguintes: de Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, São Salvador, da Corte, São Paulo, Pôrto Alegre, Ouro Preto, Cuiabá e Goiás); por juizes de direito nas comarcas, juizes municipais nos termos e juizes de paz nos distritos; e pelos Conselhos de Jurados, sem falar no ministério público e nos serventuários auxiliares do juízo. Havia ainda a jurisdição eclesiástica, para certas causas³.

A Constituição do Império declarava o Poder Judicial independente (art. 151), por ser um dos quatro poderes políticos (art. 10) do Estado. Para assegurar essa independência, a Constituição declarava os juizes de direito *perpétuos*, embora pudessem “ser mudados de uns para outros lugares pelo tempo e maneira que a lei” determinasse (art. 153). Essa amovibilidade muito contribuiu para o desprestígio da magistratura em face do govêrno, que costumava punir os juizes independentes com a remoção, principalmente por motivos eleitorais. Sômente num dia, 4 de julho de 1843, segundo atesta CARLOS MAXIMILIANO, foram removidos 52 juizes por essa razão⁴. Os juizes de direito só perderiam os lugares por sentença (art. 155), mas poderiam ser suspensos pelo Imperador, depois de ouvidos, e mediante parecer do Conselho de Estado (art. 154). Os juizes de paz eram eletivos (art. 162). Havia ainda Conselhos de Jurados (Tribunais do júri).

Pela Constituição, os magistrados eram nomeados pelo poder executivo, isto é, pelo Imperador, com *referendum* ministerial (arts. 102, n.º 3, e 132); aos juizes municipais, a lei ordinária prescrevia a sua nomeação dentre listas

2 Consultem-se, além do cit. livro de JOÃO MENDES: PEDRO CALMON, estudo publicado no *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos*, vol. I, Rio, 1928, ps. 79 ss.; TAVARES DE LIRA, *Organização Política e Administrativa do Brasil*, 1941, cap. I.

3 Vejam-se, além das obras citadas nas notas anteriores: PIMENTA BUENO, *Direito Público Brasileiro*, Rio, 1857, ps. 327 ss. e 547 ss.; AQUINO E CASTRO, *Prática das Correções*, Rio, 1862.

4 *Comentários à Constituição Brasileira*, 3.ª ed., Pôrto Alegre, 1929, p. 50, nota 3.

3. Esse empecilho poderia ser sanado com a remesa, pelo Govêrno Federal, da coleção de leis pertinentes, o que, aliás, devia ter sido feita logo após a publicação do Decreto-lei n.º 6.269. Acontece, porém, que as leis fiscais aplicáveis ao Acre, dispersas numa legislação tumultuária que abrange longo período de tempo, exigem uma interpretação rigorosa, em face das modificações introduzidas pela Constituição de 1937 e legislação posterior. Ademais, a legislação baseia-se, em alguns casos (transmissão de propriedade *causa-mortis* e *inter-vivos*, por exemplo), na do Distrito Federal, o que aumenta a complica o trabalho de coleta e interpretação.

tríplices, organizadas pelas câmaras municipais respectivas, mas a lei de 3 de dezembro de 1841 suprimiu essa exigência.

Além disso, o Conselho de Estado, regulamentado nos arts. 137 a 144 da Constituição, suprimido pelo art. 32 do Ato Adicional de 12-10-1832 e restabelecido com modificações pela Lei n.º 234, de 23-11-1841, exercia jurisdição contenciosa administrativa, definida no seu regimento provisório, aprovado pelo regulamento n.º 124, de 5-2-1842⁵.

A organização imperial da justiça assinala, pois, um avanço considerável em favor da independência da magistratura, eficaz instrumento de garantia dos direitos individuais. Não obstante, o poder judiciário no Império estava longe ainda de corresponder ao ideal de divisão e harmonia dos poderes, tão enfaticamente enunciado pelo art. 9.º da Constituição :

"A divisão e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição oferece".

IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Influência norte-americana — A República organizou a justiça segundo o modelo norte-americano, cuja influência foi tão marcante na estrutura das nossas novas instituições políticas. De lá importamos o regime presidencial, com uma extensa separação dos poderes, e a forma federativa de organização do Estado. De um e outro desses princípios os constituintes de 1890-91 extraíram consequências aplicáveis ao Poder Judiciário".

5 O regimento é transcrito por PIMENTA BUENO. Sobre as funções contenciosas do Conselho de Estado, veja-se, além da obra já cit. de PIMENTA BUENO (ns. 41 ss., ps. 294 ss.), o cap. XIII do livro do Ministro VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado de Ciência da Administração e Direito Administrativo*, Rio, 1912.

6 Sobre o Poder Judiciário no regime de 1891, consultem-se: RUI BARBOSA, *Coletânea Jurídica*: "O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira", discurso pronunciado no Instituto dos Advogados, em 19-11-1914, ps. 161 ss; discurso proferido no Senado em 23-1-1925, ps. 189 ss; "Competência do Supremo Tribunal", ps. 230 ss; *Comentários à Constituição Federal Brasileira*, coligidos por HOMERO PIRES, vol. IV, Rio, 1933, arts. 55 ss.; JOÃO BARBALHO, *Constituição Federal Brasileira*, Rio, 1902, ps. 222 ss.; FRANCISCO CAMPOS, *Direito Constitucional*, ed. da Rev. For., 1942, "A competência do Supremo Tribunal Federal", ps. 373 ss.; *Pareceres*, Rio, 1934. "O exercício pela administração de funções de natureza judicial", ps. 255 ss.; CARLOS MAXIMILIANO, *Comentários à Constituição Brasileira*, 3.ª ed., Porto Alegre, 1929, ps. 584, ss.; SORIANO DE SOUSA, *Noções de Direito Público*, Rio, cap. XVI, ps. 349 ss.; ARISTIDES MELTON, *A Constituição do Brasil*, Rio, 1898, ps. 55 ss.; ALFREDO VARELA, *Direito Constitucional Brasileiro*, Rio, 1902, Liv. VIII, ps. 229 ss.; PAULO DE LACERDA,

4. Admitindo-se que por um esforço excepcional se conseguisse, em curto prazo, organizar todas as leis tributárias do Acre, de modo que pudessem ser facilmente aplicadas nos demais Territórios, ainda assim restariam outros obstáculos, estes de maior monta porque dizem respeito à substância mesma da questão. Com efeito, não nos parece acertado aplicar a todos os territórios o regime tributário do Acre, regime *sui-generis*, insuscetível de transplantação para zonas de condições geo-econômicas inteiramente diversas. Fatos triviais na vida econômica de certos Territórios, mas inexistente no Acre, ficariam

Fiel à separação dos poderes, tal como adotada naquela grande nação, a) investimos o Poder Judiciário em guardião máximo da Constituição, atribuindo-lhe o julgamento de constitucionalidade, competência desconhecida para nós no Império, e b) conferimos aos juizes as garantias de vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos. Em obediência ao princípio federativo, instituimos a dualidade de justiça, uma federal, de organização e processo da competência da União, e outra local, organizada pelos Estados, que também tinham competência para legislar sobre o respectivo processo.

Julgamento de Constitucionalidade

7. A competência em matéria de constitucionalidade, limitada, como não podia deixar de ser, aos casos concretos submetidos a julgamento, pertencia por igual à justiça dos Estados, embora a última palavra pudesse sempre caber ao Supremo Tribunal Federal, a mais alta côrte judiciária do país e de investidura federal⁷. Com essa competência, e na conformidade da doutrina e da jurisprudência norte-americanas, que nos serviam de roteiro, ficou o Poder Judiciário com autoridade, sob certos aspectos, superior à dos demais poderes, a cujos atos podia negar efeito, quando, sendo administrativos, fôsem contrários às leis e à constituição e, sendo legislativos, infringissem os mandamentos constitucionais. Desapareceu, pelo mesmo motivo, o contencioso administrativo, pois tôda a função judicial da República foi absorvida pelo Judiciário⁸.

Princípios de Direito Constitucional, vol. II, Rio, ps. 477 ss.; ARAÚJO CASTRO, *Manual da Constituição Brasileira*, Rio, 1918, caps. VII e XXI, ps. 139 ss., e 271 ss.; *Reforma Constitucional*, Rio, 1924, caps. XIV-XVI, ps. 91 ss.; PEDRO LESSA, *Do Poder Judiciário*, 1.º milheiro, Rio, 1915; FELISHELO FREIRE, *As Constituições dos Estados e a Constituição Federal*, 1898, cap. X; A. PIRES E ALBUQUERQUE, *Juizes e Tribunais da União*, Rio, 1928; JOSÉ TAVARES BASTOS, *Organização Judiciária Federal*, Rio, 1913; LEVI CARNEIRO: *Do Judiciário Federal*, Rio, 1916; *Federalismo e Judiciarismo*, Rio, 1930; GEMINIANO DA FRANCA, *O Poder Judiciário no Brasil*, Rio, 1931; ENÉAS GALVÃO, *Organização*, Rio, 1896; ANTÔNIO DE SOUSA MARTINS, *Organização Judiciária e Policial da República dos E. U. do Brasil*, Rio, 1894.

7 Cfr. BARBALHO, *Comentários*, ps. 226 ss.

8 V. FRANCISCO CAMPOS, *Pareceres*, Rio, 1934, "O exercício pela administração de funções de natureza judicial", ps. 255 ss.

a descoberto de legislação própria, escapando à tributação ou exigindo do Governo Federal, em cada caso, uma lei complementar especial.

5. Vejamos, em traços gerais, qual a situação tributária vigorante no Acre. O único tributo que a União cobra ali, dentre os normalmente coletados pelos Estados, é o de vendas e consignações, pois de longa data vêm as municipalidades arrecadando os demais tributos, salvo o de exportação, cuja cobrança está suspensa em virtude de lei federal (vide Lei n.º 3.213, de 30-12-1916, art. 1.º, VI, 44; Decreto n.º 22.061, de 9-11-1932; Decreto n.º 22.443, de 8-2-1933; Lei n.º 187, de 15-1, de 1936; Lei n.º 366, de

Garantias constitucionais

8. Quanto às garantias constitucionais da magistratura, houve grande controvérsia, no sentido de saber se as consignadas no art. 57 da Constituição, que só se referia aos “juizes federais”, também eram obrigatórias para os Estados na organização das respectivas justiças. A jurisprudência que a respeito dominou no Supremo Tribunal Federal respondeu pela afirmativa, de vez que os poderes de auto-organização e auto-governo, conferidos aos Estados, eram expressamente limitados pelos “princípios constitucionais da União” (art. 63), entre os quais não podiam deixar de estar incluídos os do art. 57^o. A reforma constitucional de 1926 houve por bem tornar expressa essa obrigatoriedade, permitindo intervenção federal nos Estados que desrespeitassem os princípios constitucionais da “independência e harmonia dos poderes” e da “inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados” e “irredutibilidade dos seus vencimentos” (art. 6.^o, II, *d* e *i*).

Dualidade de justiças

9. A Justiça Federal tinha por órgãos o Supremo Tribunal Federal com sede na capital da República, e tantos juizes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criasse (art. 55). Os ministros do Supremo, nomeados pelo Executivo com aquiescência prévia do Senado (art. 48, n.^o 12), eram julgados por esta Câmara do Congresso nos crimes de responsabilidade, e por sua vez o Supremo Tribunal julgava os juizes federais inferiores (art. 57, § 2.^o).

Nunca chegamos a organizar os famosos “tribunais regionais” — de competência final em certas causas e pelos quais tanto se clamou no Brasil, como solução para o acúmulo de serviço do Supremo Tribunal Federal — porque a medida foi reputada inconstitucional. A idéia da instituição desses tribunais chegou a sair vitoriosa no Congresso, que autorizou o Executivo a criá-los, mas abortou ante um pronunciamento antecipado do Supremo Tribunal Federal. Informa CASTRO NUNES: “...criados pelo Decreto Legislativo número 4.831, de 5 de dezembro de 1921, os chamados tribunais regionais ou de cir-

9 V. PEDRO LESSA, *Do Poder Judiciário*, 1.^o milheiro, 1915, § 4.^o, ps. 7-8; CASTRO NUNES, *As Constituições Estaduais do Brasil*, tomo I, Rio, 1922, n.^o 79, p. 144.

30-12-1936, art. 27; Decreto-lei n.^o 1.071, de 24-1-1939, e circular n.^o 8, de 28-4-1939, da Diretoria das Rendas Internas).

6. Baseada nessa legislação, a Diretoria das Rendas Internas expediu, às repartições federais sediadas nos Territórios, autorização para iniciar apenas a cobrança do imposto de vendas e consignações, na base adotada no Acre, isto é, 0,3 %. Mas como não expedisse instruções complementares, e como a legislação do Acre não é geralmente conhecida, quase todas as antigas coletorias prosseguiram na cobrança dos tributos estaduais; e os municípios mantiveram o regime anterior à criação dos Territórios.

cuito, o Supremo Tribunal Federal fulminou a medida por meio de uma emenda regimental, matando-os no nascedouro, por entendê-los incompatíveis com a Constituição. A reforma de 26 trazia o objetivo de os admitir, e assim o fêz, permitindo-lhes a instituição dentro do critério da alçada. Mas, ainda assim, não chegaram a ser criados, apesar de instantemente reclamados¹⁰. Bem fundada argumentação no sentido da inconstitucionalidade dos tribunais regionais pode ser encontrada no discurso proferido na Câmara pelo então deputado FRANCISCO CAMPOS e reproduzido em recente livro seu¹¹.

As leis de organização da Justiça Federal e do respectivo processo foram consolidadas pelo Decreto n.º 3.084, de 5 de novembro de 1898. Além do Supremo Tribunal, a Justiça da União tinha: a) juizes seccionais, um para cada Estado e para o Distrito Federal; b) juizes substitutos dos seccionais, um para cada seção, ou Estado, e para o Distrito Federal; c) juizes suplentes, sendo três nas sedes de cada seção e ainda, quantos fôssem necessários, em outras circunscrições; e d) tribunais do júri, federais, nas sedes das seções. O Ministério Público federal era constituído: a) do Procurador Geral, escolhido dentre os ministros do Supremo Tribunal (Const., art. 58, § 2.º); b) procuradores em cada seção; c) procuradores adjuntos; e d) solicitadores.

10. A Justiça dos Estados, ante à extensão da competência legislativa outorgada aos poderes estaduais, era constituída de forma diversa nas várias unidades da Federação. Quanto, porém, aos seus traços mais gerais, sua organização não variava muito. Havia: a) tribunais de apelação nas capitais, denominados diferentemente — Superior Tribunal de Justiça, Tribunal da Relação, Tribunal de Justiça, Superior Tribunal e Tribunal Superior de Justiça; b) juizes de direito, que no Rio Grande do Sul eram chamados juizes de comarca; c) juizes municipais, em alguns Estados denominados juizes distritais ou juizes de distrito; d) tribunais do júri; e e) juizes de paz, em regra eletivos. Sòmente eram considerados magistrados, para efeito de garantias, quanto às quais diversas restrições podiam ser apontadas em alguns Estados,

10 *Teoria e Prática do Poder Judiciário*, ed. Rev. For., 1943, p. 61.

11 *Direito Constitucional*, ed. Rev. For., ps. 373 ss.; *Antecipações à Reforma Política*, Rio, 1940, ps. 197 ss. Cfr. também PEDRO LESSA, *Do Poder Judiciário*, § 5.º, ps. 19 ss.; ARAÚJO CASTRO, *A Reforma constitucional*, Rio, 1924, cap. XVI, ps. 102 ss.

7. Acresce que no Acre foi suspensa, até ulterior deliberação, a cobrança dos impostos sôbre a exportação de borracha e castanha, nos termos do Decreto n.º 22.443, de 8 de fevereiro de 1933. Isto significa que, no momento, de acôrdo com a legislação vigente, os outros Territórios não podem cobrar impostos sôbre a exportação de seus produtos por falta de lei própria, já que o mate, o tanino, o gado e outros produtos característicos de certas regiões, normalmente não figurariam na pauta de exportações do Acre. Na realidade, porém, as antigas coletorias continuam a observar o código tributário dos respectivos Estados, mantendo inalterada a cobrança dos impostos.

os juizes de direito e os membros dos tribunais de segunda instancia¹². A não ser quanto aos juizes municipais, de competência limitada, para o provimento dos cargos da magistratura, não adotamos o critério eletivo, que tão manifestos inconvenientes demonstrou nos EE. UU. Como diz PEDRO LESSA, "sõmente justas censuras tem provocado essa péssima aplicação de um principio democrático, que, se constitui elemento visceral do poder legislativo e executivo, é absolutamente inadequado à formação do judiciário"¹³.

11. A dualidade de justicas foi, como já dissemos, adotada entre nós, como imposição da forma federativa. Criou-a o Decreto n.º 848, ainda do Governo Provisório (de 11-10-1890), e na justificação do respectivo projeto lia-se o seguinte: "O organismo judiciário no sistema federativo, sistema que repousa essencialmente sobre a existência de duas soberanias na tríplice esfera do poder público, exige, para o seu regular funcionamento, uma demarcação clara e positiva, traçando os limites entre a jurisdição federal e a dos Estados, de tal sorte que o domínio legitimo de cada uma destas soberanias seja rigorosamente mantido e reciprocamente respeitado"¹⁴. Entretanto, não tardaram os clamores em prol da unificação da nossa organização judiciária. A linha divisória das jurisdições federal e local dava margem a acesas controvérsias, suscitando incidentes processuais numerosos e dificultando e encarecendo a distribuição da Justiça. Vozes das mais autorizadas insistiram, porém, no regime dual, que ainda saiu vitorioso na Constituinte de 1933-34, apesar da Constituição da 2.ª República ter unificado o direito processual na competência legislativa da União e estabelecido diversas normas para a organização judiciária.

12 Sobre a matéria, consultem-se: CASTRO NUNES, *As Constituições Estaduais do Brasil*, tomo I, Rio, 1922, cap. VI, ps. 141, ss.; JOÃO MENDES, *Direito Judiciário Brasileiro*, 2.ª ed., Rio, 1918, ps. 89 ss.; FELISBELLO FREIRE, *As Constituições dos Estados e a Constituição Federal*, 1898, cap. X.

13 *Do Poder Judiciário*, Rio, 1915, p. 29.

14 *Apud* JOÃO BARBALHO, *Constituição Federal Brasileira*, Rio, 1902, p. 222. A esse respeito, PEDRO LESSA assim se exprime: "A organização constitucional federativa tem sido sempre inerente a dualidade da Justiça. Nos Estados-Unidos da América do Norte, na Suíça, no México, na Colômbia, em Venezuela, na Argentina, há a justiça local, ou comum, e a justiça federal, ou especial, cuja competência é limitada ao processo e julgamento de certas causas, indicadas nos textos constitucionais, e excepcionalmente em leis ordinárias" (*Do Poder Judiciário*, Rio, 1915, ps. 4-5).

8. Quanto às taxas de serviços prestados pelos Estados, deveria ter cessado sua cobrança, pois no Acre só as municipalidades exigem taxas de serviços, limitando-se a União às taxas federais. Em vários dos novos Territórios, porém, as antigas coletorias estaduais mantêm a cobrança de taxas de serviço.

9. A transferência, para os municípios, do imposto de indústrias e profissões (integral), do território (integral), do de transmissão de propriedade (*causa-mortis* e *inter-vivos*), nos termos da legislação aplicável ao Acre, implica, necessariamente, transferir para os governos municipais a competência para regulamentar a respectiva cobrança. Portanto,

ria dos Estados. O problema só veio a ter solução, como adiante veremos, na Constituição atual, embora por forma diversa das anteriormente preconizadas¹⁵.

V. A CONSTITUIÇÃO DE 1934

12. A Constituição de 1934¹⁶ não se limitou a estabelecer expressamente amplas garantias para a magistratura estadual (art. 104, c/c os arts. 64 a 72), prescrevendo como sanção a intervenção federal (art. 12, V, c/c o art. 7.º, I, e), mas estabeleceu ainda uma série de princípios a serem obrigatoriamente consignados nas organizações judiciárias locais, relativos a investidura, acesso, composição, aposentadoria, etc. Voltaremos ao assunto ao confrontarmos esses princípios com os correspondentes da Constituição em vigor.

A Constituição de 34 enumerou as matérias da competência dos juizes federais, de modo mais ou menos minucioso (art. 81), o que, entretanto, não removia as penosas discussões que a respeito se suscitaram na vigência da Constituição de 91.

Além disso, permitia, expressamente, a criação de tribunais federais, de competência final nas matérias enumeradas (art. 78), os quais, entretanto, não chegaram a ser instituídos. Previa ainda a organização de um tribunal especial composto de pessoas com a mesma qualificação dos ministros da Côrte Suprema (nome dado ao antigo Supremo Tribunal Federal), para julgar, privativa e definitivamente, recursos de atos administrativos ou judiciais da Justiça federal, referentes ao funcionamento de serviços públicos ou regidos pelo direito administrativo, bem como os litígios entre a União, e os credores, derivados de contratos públicos, ressalvado sempre recurso voluntário para a Côrte Suprema em matéria constitucional (art. 79). Também esse tribunal não chegou a ser instituído.

15 Sobre as soluções propostas nos anteprojetos constitucionais da 2.ª República, cfr. CASTRO NUNES, *Teoria e Prática do Poder Judiciário*, ed. Rev. For., 1943, ps. 61 ss.

16 Sobre o Poder Judiciário na Constituição de 1934, consultem-se: PONTES DE MIRANDA, *Comentários à Constituição da República dos E.U. do Brasil*, vol. I, Rio, 1936, ps. 603-760; vol. II, Rio, 1937, ps. 9-21; ARAÚJO CASTRO, *A nova Constituição Brasileira*, Rio, 1935, ps. 240 ss.; LEVI CARNEIRO, *O Poder Judiciário na Constituição*, em *Revista de Direito*, vol. 113, ps. 209-234; AMÉRICO PASSALÁQUA, *O Poder Judiciário*, S. Paulo, 1936; LEVI CARNEIRO, *Pela Nova Constituição*, Rio, 1937 (em diversos lugares); JOSÉ MATOS DE VASCONCELOS, *Direito Administrativo*, vol. I, Rio, 1936, cap. III, ps. 199 ss.

se se tinha em vista, com a medida consubstanciada no Decreto-lei n.º 6.269, como tudo faz crer, resolver uma situação de emergência, dada a impossibilidade material de elaborar, da noite para o dia, um sistema tributário peculiar aos Territórios — temos que convir em que, ainda neste ponto, o propósito foi inteiramente frustrado. Para que iniciem a cobrança, cumpre aos municípios territoriais regulamentar imediatamente os tributos que lhes foram transferidos, aliás de maneira tão indireta que nem eles próprios perceberam o dom que se lhes fazia. Tal empresa, porém, está sujeita a um lento sistema de controle,

Criou ainda a Constituição de 34 uma Justiça Eleitoral, composta : a) de um Tribunal Superior, na capital da República; b) de Tribunais Regionais, nas capitais dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal; c) de juizes singulares; e d) de juntas especiais de apuração, estabelecendo minuciosamente sua organização e competência (arts. 82 e 83). As decisões da Justiça Eleitoral eram irrecorríveis, salvo recurso para a Côrte Suprema, quando negassem *habeas-corpus*, ou pronunciassem a nulidade de ato ou de lei em face da Constituição (art. 83, § 1.^o).

Mantinha a Constituição a Justiça Militar (arts. 84 a 87), que era prevista no art. 77 da Constituição de 91. Também mantinha, por têxto expresso (art. 72), a instituição do Júri, tal como o fizera a Constituição anterior (art. 72, § 31), decidindo, porém, a controvérsia outrora suscitada sobre sua organização e atribuições. Entendiam alguns autores que o Júri, mantido pela Carta republicana, era o existente no Império, não podendo as novas leis alterar-lhe a competência e composição¹⁷.

Esse ponto de vista doutrinário não prevaleceu, e tivemos o júri, na 1.^a República, organizado de maneiras diversas. A Constituição de 34 resolveu pôr fim às dúvidas, esclarecendo, no citado art. 72, que o Júri teria a organização e as atribuições que lhe desse a lei.

Ainda na vigência dessa Constituição, e em consequência da revolução de 1935, foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional, para julgar os crimes cometidos contra a segurança do Estado e a estabilidade das instituições econômicas e políticas, a princípio com recurso para o Supremo Tribunal Militar e, posteriormente, com competência exclusiva, salvo o recurso em *habeas-corpus* para o Supremo Tribunal¹⁸.

17 JOÃO MENDES, *op. cit.*, ps. 92 ss.

18 Lei n.º 244, de 11 de setembro de 1936; Decreto-lei n.º 88, de 20 de dezembro de 1937; Decreto-lei n.º 474, de 8 de junho de 1938; Decreto-lei n.º 1.261, de 10 de maio de 1939; Decreto-lei n.º 1.393, de 29 de fevereiro de 1939; Decreto-lei n.º 2.188, de 15 de maio de 1940.

através dos governadores e da Comissão de Estudo dos Negócios Estaduais, pelo que tão cedo não poderiam implantar o novo regime.

10. Diante de uma solução tecnicamente errada e que, como medida de caráter prático, não oferece condições de aplicabilidade, a situação de fato é a mais caótica possível, variando de Território para Território, de Município para Município e até de tributo para tributo.

11. O imposto de vendas e consignações, por exemplo, está sendo exigido com base em taxas diferentes, dentro de um mesmo território. A taxa vigorante no Acre, de

VI. A CONSTITUIÇÃO DE 1937

Unificação da jurisdição

13. A Constituição de 1937¹⁹ seguiu o exemplo da de 34 no instituir garantias expressas para a magistratura estadual e estabelecer princípios de organização das justiças locais, que continuou na competência legislativa dos Estados (art. 103), menos a do Distrito Federal e dos territórios, que, como nas Constituições anteriores, continuou na competência legislativa da União. Extinguiu, porém, a justiça comum federal de 1.^a instância, conservando apenas na jurisdição federal o Supremo Tribunal Federal — cuja denominação foi restabelecida — os juizes e tribunais militares (art. 90) e um tribunal especial para julgamento dos crimes contra a segurança do Estado e das instituições e a guarda e emprêgo da economia popular (art. 122, n.º 17, e 172). A jurisdição foi, assim, unificada na justiça local dos Estados, Distrito Federal e Territórios, excetuadas apenas: a) as causas da competência originária do Supremo Tribunal Federal (arts. 107 e 111, I, e II, 1.º); b) as causas da competência da Justiça Militar (art. 111); c) as da competência da justiça especial (Tribunal de Segurança Nacional) (art. 122, n.º 17, 172 e 173, o último dos quais teve sua redação alterada pela Lei Constitucional n.º 7); e d) as causas da competência da Justiça do Trabalho (art. 139), cuja instituição já era determinada na Constituição de 34 (art. 122).

14. A solução dada pela Constituição vigente ao tormentoso problema da dualidade ou unicidade da justiça apresenta vantagens incontestáveis. Em primeiro lugar, mantém nos Estados o poder de organizar as suas magistraturas, que são autoridades locais, evitando à União o dispêndio excessivamente oneroso de ter em todo o país uma organização judiciária única com todos os numerosos órgãos que seriam imprescindíveis ao desempenho satisfatório das suas atribuições. Em segundo lugar, ressalvadas as exceções que

19 Sobre o Poder Judiciário na Constituição de 1937, consultem-se: FRANCISCO CAMPOS: *Direito Constitucional*, ed. Rev. For., 1942, "O Poder Judiciário na Constituição de 1937", ps. 365 ss.; *O Estado Nacional*, 3.^a ed., Rio, 1941, ps. 56 ss., 103 ss., 149; PEDRO TIMÓTEO, *O Poder Judiciário sob a nova Constituição da República*; ARAÚJO CASTRO, *A Constituição de 1937*, Rio, 1938, ps. 197 ss.; EDUARDO ESPÍNOLA, *Discurso*, Rev. For., vol. 86, p. 692, e vol. 90, p. 853; PONTES DE MIRANDA, *Comentários à Constituição Federal de 10 de novembro de 1937*, tomo III, 1938, art. 90 ss., finalmente, a grande obra do Ministro CASTRO NUNES, *Teoria e Prática do Poder Judiciário*, ed. Rev. For., 1943.

acôrdo com a Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936 (art. 36) e o Decreto n.º 22.061, de 9 de novembro de 1932 (art. 26), é de 0,3 %. Algumas repartições fiscais passaram a aplicar essa taxa, logo após a publicação do Decreto-lei n.º 6.239. Outras, porém, adotam a taxa de 1,25 %, que se cobra no Distrito Federal. Nos municípios em que não existem repartições federais, os antigos coletores estaduais continuam adotando a taxa estadual. No Território de Ponta Porã a diversidade ainda é maior, porque o Estado de Mato Grosso elevou a sua taxa de 1 % para 1,4 %, depois da criação dos Territórios. E mais: algumas repartições federais receberam instruções para arrecadar

indicamos, realiza em todo o país a unidade de jurisdição, evitando incontáveis e perniciosas controvérsias em matéria de competência. Finalmente, assegura aos magistrados estaduais as garantias fundamentais para o exercício da judicatura e dá regras uniformes em matéria de provimento e acesso aos cargos judiciários, tornando, assim, a justiça local tão capaz como a antiga justiça federal de primeira instância, de decidir quaisquer causas suscitadas em face da Constituição e das leis. Por último, a competência reservada ao Supremo Tribunal Federal garante, em todo o país, a uniformidade de interpretação da Constituição e das leis federais, bem como o julgamento privativo pela nossa mais alta corte judiciária: a) dos litígios entre a União e os Estados ou entre estes; b) das questões entre nações estrangeiras e a União ou os Estados; c) da extradição de criminosos requisitada por outras nações, e ainda a homologação de sentenças estrangeiras. Ficam, pois, atendidas, não só as exigências de acerto, autoridade e independência das decisões judiciárias, como ainda as conveniências dos litigantes e os interesses financeiros da União.

15. No que respeita aos interesses dos litigantes, determinou a Constituição que as causas em que a União fôr interessada, como autora ou ré, serão aforadas na capital do Estado em que fôr domiciliada a parte contrária (art. 108), e permitiu que a lei ordinária cometesse, como de fato o fez, a juízes que não os das capitais, competência para processar e julgar as ações de cobrança da dívida ativa da União, cabendo nestes casos a representação da Fazenda Federal aos órgãos do Ministério Público estadual (art. 109, parágrafo único). A lei, que assim dispôs, teve a precaução, para resguardar os interesses do erário nacional, de só permitir o julgamento destas ações a juízes que tenham garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos (Decreto-lei n.º 960, de 17-12-38, art. 57).

Como corolário do fóro das capitais para as causas propostas pela União ou contra ela, manda o parágrafo único do art. 108 que sejam desaforadas, para as capitais, as causas iniciadas em outros juízos, desde que a União nelas intervenha como assistente ou oponente.

Os recursos das sentenças de primeira instância em que a União fôr interessada, incluídas as execuções fiscais, vão diretamente para o Supremo Tribunal Federal (arts. 101, II, 2.º, a, e 109; Decreto-lei n.º 960).

na base de 1,25 %. Assim, só no Território de Ponta Porã, vigoram quatro taxas : 0,3 %, 1 %, 1,25 % e 1,4 %.

12. Em certas localidades, a inexistência de repartições federais obriga o contribuinte a grandes e dispendiosas viagens, para cumprir o seu dever. Noutras, o governador manda adquirir selos em uma cidade, para venda em outra pelo ex-coletor estadual, aplicando-se taxas variáveis, ao sabor das interpretações pessoais. Noutras, os coletores preferiram continuar a serviço do Estado e abandonaram o cargo sem transferir os serviços às repartições federais competentes. Noutras, os governadores extinguíram as coletorias

O Supremo Tribunal

16. A competência do Supremo Tribunal é originária ou de recurso²⁰.

A originária divide-se em: a) competência para processo e julgamento nos casos enumerados no art. 101, I; e b) competência para julgar as ações rescisórias de seus acórdãos (art. 101, II, 1.º), cujo processamento é feito por juiz de 1.ª instância.

A competência de recurso é ordinária ou extraordinária. O Supremo Tribunal julga, em recurso ordinário: a) as causas em que a União é interessada; e b) os *habeas-corpus* denegados em última ou única instância (artigo 101, II, 2.º). O recurso extraordinário tem lugar contra decisões de última ou única instância das justiças locais: a) quando forem contra letra de tratado ou lei federal, sobre cuja aplicação se haja questionado; b) quando negarem aplicação à lei federal sobre cuja vigência ou validade em face da Constituição se tenha questionado; c) quando julgarem válidos lei ou ato dos governos locais, cuja validade em face da Constituição ou de lei federal tenha sido contestada; e d) quando à mesma lei federal tiver sido dada inteligência diversa por decisões definitivas dos tribunais locais, ou de um destes e do Supremo Tribunal (art. 101, III). Também cabe recurso extraordinário das decisões da justiça do trabalho em matéria constitucional, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal²¹.

Organização judiciária dos Estados. Confronto com a Constituição de 1934

17. A Constituição atual uniformizou o nome dos tribunais dos Estados (Tribunal de Apelação), à semelhança do que fizera, com outra denominação, a Constituição de 34 (Côrte de Apelação).

No tocante a garantias da magistratura e regras uniformes de organização judiciária, a Constituição tornou obrigatórios para os Estados os seguintes princípios:

I — Salvas as restrições expressas no texto constitucional: a) vitaliciedade, com perda do cargo somente em virtude de sentença judiciária, exo-

20 Sobre a competência do Supremo Tribunal, v. o estudo minucioso e completo feito pelo Ministro CASTRO NUNES, *Teoria e Prática do Poder Judiciário*, ed. Rev. For., 1943, Tit. III, caps. III a IV, e Tit. IV, caps. I a IV, ps. 198 ss.

21 V. Portaria 45, de 1944, do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, na *Revista do Trabalho*, 1944, p. 437; *Rev. do Trabalho*, 1944, p. 19.

estaduais e transferiram às prefeituras a cobrança das rendas concedidas às mesmas pela legislação do Acre. Noutras, os ex-coletores estaduais continuam a vender selos do Estado, do afã de livrar-se de débitos junto ao respectivo tesouro. Noutras, os exatores federais exigiram novamente impostos que já tinham sido pagos aos coletores estaduais. Noutras, a legislação estadual foi alterada após a criação dos Territórios, ficando a critério dos coletores observar ou não as modificações. Noutras, enfim, os contribuintes se recusam a pagar impostos segundo a legislação e a jurisprudência estaduais.

neração a pedido ou aposentadoria; b) inamovibilidade, salvo por promoção aceita, remoção a pedido ou, em virtude de interesse público, por deliberação do tribunal superior competente, pelo voto de dois terços dos seus membros; c) irredutibilidade de vencimentos, todavia tributáveis (art. 91). Idênticas prerrogativas consignava a Constituição de 34 (art. 64), que, contudo, falava em “impostos gerais” sobre os vencimentos dos juizes, enquanto que a de 37 se refere simplesmente a “impostos”²². A aposentadoria é compulsória aos 68 anos, ou em razão de invalidez comprovada, e voluntária depois de 30 anos de serviço. A Constituição de 34 estabeleceu a aposentadoria compulsória aos 75 anos (art. 64, a), permitindo aos Estados reduzi-la até os 60 anos (art. 104, § 5.º). Em caso de mudança da sede do juízo, facultado ao juiz entrar em disponibilidade com vencimentos integrais (art. 103, f; Const. de 34, art. 104, § 1.º).

II — Os vencimentos dos desembargadores não podem ser inferiores ao que percebam os secretários de Estado, parecendo evidente que, para impedir fraude à lei, devem computar-se todas e quaisquer parcelas de que se constituam os *proventos* dos secretários, sejam a que título forem. A Constituição atual, como a de 34, não emprega a palavra “vencimentos” em relação aos secretários, mas alude à “quantia” por eles percebida. E *quantia* significa soma, isto é, reunião de parcelas diversas. O elemento histórico corrobora essa interpretação, como se vê das discussões travadas na Assembléa Constituinte de 1933-4²³. Os demais juizes podem ser divididos em categorias (*entrâncias*), de vencimentos diferentes²⁴. A categoria imediatamente inferior à dos desembargadores não perceberá menos de dois terços dos vencimentos destes. Daí para baixo, não poderá haver, de uma categoria para outra, diferença maior de 30% (art. 103, d). Idênticas eram estas regras na Constituição anterior (art. 104, e).

22 O alcance dos dois dispositivos é o mesmo. Não seria possível decretar imposto que incidisse somente sobre os vencimentos dos magistrados. Haveria, nesse caso, redução de vencimentos e não imposto. Entende, porém, PONTES DE MIRANDA que, tendo a Constituição atual abolido o adjetivo “gerais”, “os vencimentos dos magistrados”, hoje, suscetíveis de tributação, inclusive dos chamados impostos de vencimentos ressalvada apenas, quanto aos juizes estaduais, a paridade e proporcionalidade estabelecidas no art. 103, d (Comentários, tomo III, p. 25).

23 *Anais*, vol. XIV, p. 440.

24 Vejam-se os acórdãos do Sup. Trib. Fed. no rec. extr. 3.636, de 4-8-41, *Diário da Justiça* de 14-10-41, p. 2.451, e rec. extr. 4.024, de 20-4-42, *Diário da Justiça* de 11-8-42, p. 2.139.

13. Um simples relance sobre o quadro que acabamos de entremostrar é suficiente para convencer de que urge revogar o art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.269, causador de toda a balbúrdia reinante. Com a simples suspensão de sua vigência ficaria restaurada a situação criada pelos decretos-leis que instituíram os Territórios, isto é, passariam para a União todos os tributos cobrados pelos Estados. E daí a necessidade de o Governo Federal regular a maneira por que se efetivaria a transferência dos serviços fazendários em causa.

III — A investidura nos graus superiores é feita mediante promoção por antiguidade de classe e por merecimento, reservado certo número de lugares, nos tribunais, para advogados ou membros do Ministério Público (art. 103, d). A Constituição de 34 estabelecia o mesmo princípio (art. 104, b). Exigia, porém, lista tríplice, organizada pelo tribunal, em votação secreta, para a promoção por merecimento (art. 104, § 3.º). E, quanto à promoção por antiguidade, permitia aos tribunais, em escrutínio secreto e pelo voto de três quartos dos seus membros, vetar a indicação dos juizes mais antigos, cada um por sua vez (art. 104, § 2.º). Esta disposição tornava bem precário o direito de promoção por antiguidade, não obstante a maioria considerável de votos exigida para o veto, pois o magistrado mais antigo poderia ter sua promoção indefinidamente postergada.

A promoção por “antiguidade de classe” tem suscitado grande controvérsia na vigência da atual Constituição, o que também ocorreu sob a Constituição anterior, que continha disposição redigida nos mesmos termos. Em alguns Estados, os juizes de direito estão repartidos em “entrâncias”, com a mesma competência, mas de vencimentos diferentes. Entendem uns que, para a promoção, a antiguidade há de ser apurada dentre todos os juizes de direito, quaisquer que sejam as entrâncias respectivas, devendo, assim, ser promovido a desembargador o juiz de direito mais antigo do Estado, embora não pertença à entrância mais elevada. Argumentam que a palavra “classe”, usada pela Constituição, não é sinônimo de “entrância”. Todos os juizes de direito pertencem a uma só classe, como os desembargadores e os juizes municipais pertencem a outras duas classes diferentes. Tornar a promoção a desembargador, por antiguidade, exclusiva da entrância mais elevada, equivaleria a destruir os direitos inerentes à antiguidade, porquanto a promoção, ou remoção de uma entrância para outra pode não ter em consideração, como geralmente não tem, o critério da antiguidade. Assim, o juiz mais antigo no seu posto pode ter definitivamente vedado o seu ingresso no tribunal, bastando que não seja jamais elevado à entrância mais alta. Entendem outros — e assim dispõe, por exemplo, a organização judiciária de São Paulo — que a lei local pode exigir, para promoção a desembargador, que a antiguidade seja apurada somente na entrância mais elevada. Para êstes, “classe” não é “carreira”, mas equivale a “entrância”, tal como o termo “categoria”, usado em outro dispositivo constitucional, também relativo à magistratura dos Estados..

14. A fim de regularizar a questão, se bem que em caráter transitório — até que o Governo Federal se habilite a baixar o Código Tributário dos Territórios — temos a honra de passar às mãos de V. Excia. um projeto de decreto-lei relativo às medidas que, diante desta emergência, nos pareceram cabíveis.

15. Antes de um rigoroso estudo da distribuição de rendas mais convenientes nas Territórios, julgamos de bom alvitre conservar a discriminação atual. A cessão dos direitos que a União tem sobre as fontes de receitas estaduais, no caso de criação de Territórios, representa medida de enorme alcance e conseqüências ponderáveis, exigindo, assim, estudos

Um de seus argumentos consiste nas definições de *classe* e *carreira*, consignadas no Estatuto dos Funcionários Cíveis da União (Decreto-lei n.º 1.713, de 22 outubro de 1939). O Supremo Tribunal, embora com votos vencidos, acabou por preferir esta última solução. A fundamentação de ambas as teses apresenta numerosos argumentos, cuja reprodução nos obrigaria a alongar demasiado estas notas²⁵.

IV — O Tribunal de Apelação tem competência privativa para processar e julgar os juizes inferiores nos crimes comuns e de responsabilidade (art. 102 e; Const. de 34, art. 104, f).

V — A investidura nos primeiros graus da carreira de juiz é feita mediante concurso organizado pelo Tribunal de Apelação, que remeterá ao governador do Estado a lista dos três candidatos melhor colocados, se os classificados atingirem ou excederem este número (art. 103, a). A Constituição de 34 continha regra idêntica (art. 104, a).

VI — O número de juizes dos tribunais de apelação só poderá ser alterado por proposta motivada do tribunal interessado (art. 103, c; Const. de 34, art. 104, d).

VII — Na composição dos tribunais superiores, um quinto dos lugares será preenchido por advogados ou membros do Ministério Público, mediante lista tríplice organizada pelo tribunal (art. 105). Essa disposição, que torna obrigatória, nos tribunais locais, a presença de um certo número de desembargadores oriundos da carreira, e de um certo número de outros estranhos a ela, pode dar margem a duas interpretações. Pode entender-se, à primeira vista, que é compatível com a Constituição preencher com advogado ou membro do Ministério Público, uma vaga de cinco em cinco que ocorrerem, ou se

25 Consultem-se os seguintes julgados: do T.A. de São Paulo, mand. de seg. 76 de 22-7-38, *Rev. For.*, v. 76, p. 496; T. de A. de Minas, ap. civ. 9.685, de 1-3-4 *Rev. For.*, v. 97, p. 665; Sup. Trib. Fed., rec. ext. 3.457, de 22-9-39, *Rev. For.* v. 81, p. 379; rec. extr. 3.636, de 4-8-41, *Rev. For.*, v. 89, p. 107 e *D. da Jus* de 14-10-41, p. 2.451; rec. extr. 5.778, de 16-11-42, *Rev. For.*, v. 94, p. 280, *D. da Just.* de 22-4-43, p. 1.899; rec. extr. 4.922, de 4-11-41, *D. da Just.*, 28-4-42, p. 1.196; rec. extr. 4.636, de 3-6-51, *D. da Just.* de 2-9-41, p. 2.051. Vejam-se também os trabalhos de GABRIEL PASSOS, parecer publ. na *Rev. For.*, v. 7 p. 243; AGUIAR DIAS, *Rev. For.*, v. 97, p. 665; CUNHA BARRETO, *Rev. For.*, v. 9 p. 855; SATIRO NOGUEIRA, *Rev. For.*, v. 89, p. 620; NEWTON RIBEIRO DA LUZ, se tença na *Rev. For.*, v. 75, p. 368.

mais aprofundados. Além disso, cumpre indagar, primeiro, se as municipalidades, 1 como existem, estão em condições de aceitar, de súbito, uma empresa inçada de responsabilidades, qual seja a administração de tributos de tal repercussão econômico-financeira.

16. Eis por que sugerimos que a cobrança desses tributos, nas áreas territoriais, se diretamente confiada às repartições fazendárias da União. A estas deverá ser entregue o arquivo das antigas exatarias estaduais, a fim de que o Fisco Federal consiga, se tropeços, continuar a arrecadação das rendas, fazer lançamentos, cobrar dívidas antigas, et

“um quinto das vagas”. Assim se obterá perfeita proporcionalidade do “quinto” em relação às vagas ocorrentes. Essa proporcionalidade matemática não existirá na segunda interpretação, isto é, apurando-se o quinto, não das vagas, mas do número total de desembargadores, tendo em consideração a origem de cada um, pois pode acontecer que o número total de desembargadores não seja exatamente divisível por cinco. Nesta hipótese, haveria um difícil problema a resolver, o problema da fração que sobrasse. O argumento realmente impressiona, mas é preciso ter em vista o histórico do dispositivo e o seu espírito. A Constituição de 34 continha princípio igual, mas esclarecia que, aos advogados e membros do Ministério Público, seriam “reservados lugares, correspondentes a um quinto do número total” dos desembargadores (art. 104, § 6.º). O elemento histórico, confirmado pela identidade da terminologia — pois a Constituição atual emprega também a palavra “lugares”, exatamente como a de 34 — não é favorável à interpretação que manda preencher com elementos estranhos à carreira judiciária um quinto “das vagas”. Quanto ao espírito do dispositivo, embora reiteradamente se invoquem os benefícios da participação nos tribunais de elementos com experiência diferente da dos juizes profissionais, parece fora de dúvida que a Constituição quis assegurar a presença permanente de uma grande maioria de juizes de carreira nos tribunais (4/5). Se os benefícios do recrutamento fóra da magistratura fôsem tão grandes, a proporção em seu favor não seria tão diminuta (1/5). O critério de preencher o quinto “das vagas”, e não “dos lugares”, poderia ter como resultado que, em dado momento, contasse eventualmente o tribunal com maioria de elementos estranhos à carreira. E assim se teria contrariado a orientação do legislador, que facultou à carreira concorrer com tão grande maioria de candidatos às “vagas” do tribunal. Portanto, o “quinto”, a que alude a Constituição, não pode ser senão o de “lugares”, isto é, de juizes em exercício. A questão da fração, quando o número total de desembargadores não fôr divisível por cinco, deve ser resolvida em favor dos magistrados de carreira, com o que não se violenta o espírito do legislador constituinte, nem o elemento histórico do dispositivo em exame. Devem predominar nos tribunais os juizes de carreira.

VIII — Os juizes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer qualquer outra função pública, sob pena de perda do cargo judiciário e das vantagens correspondentes (art. 92). A Constituição de 34 continha preceito

17. Optamos pela vigência das leis estaduais depois de verificar que não era possível, à União, improvisar uma legislação adequada. No propósito de evitar a dualidade de taxas, nos territórios recortados em áreas de dois Estados, o projeto apresentado estipula que, em tais casos, se apliquem as tabelas e taxas mais módicas.

18. Como o imposto de vendas e consignações é o único que está sendo arrecadado pelas repartições federais, de acordo com as leis baixadas pelo Governo da União, abrimos para esse tributo uma exceção ao disposto no art. 4.º do projeto, segundo o qual seria adotada para base da cobrança dos tributos a legislação em vigor nos respectivos Estados,

idêntico e expressamente declarava inelegíveis em todo o território da União os membros do Poder Judiciário, mas permitia aos juizes o exercício do magistério e ressalvava os casos previstos na Constituição (arts. 65 e 112, I).

A proibição de que tratamos não atinge o exercício, pelos magistrados, de funções da Justiça do Trabalho (arts. 668 e 669 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-43). Quando a Constituição lhe veda exercer “qualquer outra função pública”, refere-se evidentemente a função que não seja de natureza judicial.

O Decreto-lei n.º 506, de 17-6-1938, facultou ao Ministro da Justiça incumbir magistrados federais da organização ou revisão de projetos de leis, regulamentos ou instruções da competência da União, bem como isentar os que receberem sua incumbência do exercício de sua função ordinária. O Decreto-lei n.º 1.510, de 15-8-39, estendeu a lei anterior aos magistrados estaduais, reservada ao Governo do Estado a referida faculdade de dispensa.

IX — Os Estados poderão criar a justiça de paz eletiva, fixando-lhe a competência, com a ressalva do recurso das suas decisões para a justiça togada. “Até que seja regulada a forma de eleição para a justiça de paz, no termos do art. 104 da Constituição” — diz o Decreto-lei n.º 536, de 5-7-1938 — “os juizes de paz serão de livre nomeação dos governos dos Estados”. Também poderão os Estados criar juizes com investidura limitada no tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor, preparo das que excederem da sua alçada e substituição dos juizes vitalícios (arts. 104 e 106 Const. de 34, respectivamente, §§ 4.º e 7.º do art. 104).

X — A “lei” — diz o art. 110 — poderá estabelecer para determinadas ações a competência originária dos Tribunais de Apelação. A lei, neste caso é a federal, dada a competência da União para legislar sobre direito processual. Nos arts. 145 e 801, o Código de Processo Civil estabeleceu competência privativa do Tribunal de Apelação para certas causas. E o mesmo fez Código de Processo Penal, arts. 84, 85, 87, 650, 624, II.

18. A Constituição atual é omissa quanto ao júri, ao contrário do que fizeram as anteriores. A princípio, houve quem entendesse que o tribunal popular fôra abolido. O silêncio do constituinte significava, porém, simplesmente, que o júri deixara de ter sua existência garantida pela Constituição.*

26 Cfr. a exposição de motivos do Decreto-lei n.º 167, de 5-1-1938, na *Rev. For.*, vol. 73, p. 219.

na data da criação dos Territórios. Por isto que o art. 23 da Constituição estabeleceu no § 1.º, que “o imposto de vendas será uniforme, sem distinção de procedência, destino ou espécie de produtos”, fixamos uma só taxa para todas as áreas do território nacional diretamente subordinadas à competência tributária da União. Levando em conta as taxas vigariantes aos vários Estados do Brasil, durante o ano de 1944, chegamos à conclusão de que a taxa mais indicada é a de 1,25 %.

19. Das vinte e uma unidades da Federação, dez cobram 1,4 % sobre as vendas consignações — Paraíba, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Dáí por diante a sua subsistência ou supressão ficaria ao arbítrio do legislador ordinário. Não tardou o Presidente da República a baixar o Decreto-lei n.º 167, de 5-1-1938, mantendo a instituição do júri, na qual introduziu alterações de importância. O júri está hoje regulado no Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.689, de 3-10-1941).

Os Tribunais de Imprensa são, como eram, regulados por lei especial (Decreto n.º 24.776, de 14-7-1934), sendo que a Constituição vigente conferiu ao Estado amplos poderes de contróle da imprensa, que foi declarada “função pública” (art. 122, n.º 15). Alguns delitos cometidos pela imprensa são julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional (Decreto-lei n.º 474, de 8 de junho de 1938²⁷).

19. O art. 177 da Constituição, a princípio de vigência limitada a sessenta dias, mas depois tornada indeterminada, por força da Lei Constitucional número 2, de 16 de maio de 1938, constitui restrição às garantias da magistratura. Entre os funcionários civis, cuja aposentadoria por interêsse do serviço público ou por conveniência do regime ali se permite, estão incluídos os juízos. E estes, nessa hipótese, perceberão vencimentos proporcionais tempo de serviço, salvo se contarem mais de trinta anos, conforme tornou clara a Lei Constitucional n.º 8, de 12 de outubro de 1942, promulgada para dirimir as controvérsias reinantes na matéria, inclusive entre os ministros do Supremo Tribunal Federal²⁸.

Julgamento de Constitucionalidade

20. Ponto importantíssimo da Constituição em vigor, relativamente à competência do poder judiciário, é a disposição do parágrafo único do art. 96. A Constituição retirou do judiciário o poder de dizer a última palavra em matéria de constitucionalidade. Decretada a inconstitucionalidade de uma lei, pode o Presidente da República, se o julgar necessário ao bem estar do povo

27 Sobre a nova função da imprensa segundo as disposições constitucionais, consulte-se FRANCISCO CAMPOS, *O Estado Nacional*, 3.ª ed., Rio, 1941, ps. 66-67 e 98 ss.

28 Cfr. a exposição de motivos do Ministro da Justiça, onde vem citada a jurisprudência divergente, na *Rev. For.*, vol. 92, p. 827.

Seis adotam a taxa de 1,25 % — Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina. Os Estados de Pará, Maranhão e Piauí cobram as taxas mais elevadas do País — 3 %, 2,5 % e 2,24 %, respectivamente. Já ao Amazonas e Ceará tocam as taxas mais módicas — 0,8 e 0,7, respectivamente. No Acre, as taxas em vigor são as mesmas fixadas no Decreto n.º 22.061, de 9 de novembro de 1932, ali mandadas conservar em caráter de exceção. A manutenção dessas últimas taxas já não se justifica, pois todas as demais unidades federativas exigem uma percentagem quase três vezes maior. Convençemo-nos por isso de que em todos os Territórios, o Acre inclusive, a capacidade dos contribuintes suporta o gravame de 1,25 %. Essa, aliás, é

e à promoção ou defesa de interesse nacional de alta monta, submetê-la de novo ao Parlamento; se este a confirmar por dois terços de votos em cada uma das Câmaras, ficará sem efeito a decisão do tribunal. Justificando este dispositivo, em entrevista concedida à imprensa logo depois da promulgação da Carta de 10 de novembro, disse o então ministro FRANCISCO CAMPOS: "O que a Constituição confere ao Parlamento é a faculdade de remover a inconstitucionalidade, mediante nova votação da lei, o que equivale, praticamente, a emendar a Constituição, tornando compatível com esta a lei impugnada"²¹. Essa hipótese, entretanto, não equivale, em toda a extensão, a uma emenda constitucional, no sentido de que fica abolida a disposição constitucional em causa. O princípio constitucional subsiste, embora também subsista a lei confirmada que o Judiciário havia declarado com êle colidente. A confirmação da lei torna-a inatacável, "apesar" do princípio constitucional divergente. Mas, como este princípio subsiste e continua a atuar, qualquer outra lei, que sob aspecto diverso o contrarie, pode ser declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário. O mecanismo especial previsto no parágrafo único do art. 96 da Constituição não importa *substituir* o dispositivo constitucional por outro, pois nem o interpreta, nem o altera. O seu efeito é somente subtrair determinada lei, considerada imprescindível pelos poderes políticos, do império da norma constitucional com a qual colide. Mas a norma constitucional em questão continua vigindo, tal como existe na Constituição podendo, em face dela, impugnar-se qualquer outra lei, anterior ou posterior que esteja em colisão com a mesma norma sob aspecto diverso.

O Decreto-lei n.º 1.202 e o Código de Processo Civil

21. Atendendo ao atual regime de intervenção em todos os Estados, e governo federal, pelo Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, estabelecer normas de organização e funcionamento da administração dos Estados e Municípios, destinadas a vigorar em caráter provisório, isto é, até a outorga da

29 *O Estado Nacional*, 3.ª ed., Ric, 1941, ps. 103-104. V. também do mesmo autor "O Poder Judiciário da Constituição de 1937", em *Direito Constitucional*, ed. Rev. For., 1942, ps. 365 ss. Cfr. ainda os outros autores citados na nota 19 e mais CÂNDIDO MOTA FILHO, *A evolução do controle da constitucionalidade das leis no Brasil*, Rev. For., vol. 86, p. 273.

a única modificação que julgamos oportuno fazer na legislação aplicável ao Território do Acre, cujo exame sugerimos mais adiante.

20. A publicação do decreto-lei projetado, caso V. Excia. se digne aprová-lo, deve ser completada por uma circular do Ministério da Fazenda sobre a maneira de executá-lo. Ademais, seria extremamente útil que aquêlê Ministério fizesse em sua estrutura os ajustamentos acaso necessários, de modo que os novos encargos se integrem em suas atividades normais. O número de repartições federais é pequeno em certos Territórios; as distâncias entre uma e outra, grandes. O Ministério deve expedir ordem telegráfica aos Gover

Constituições estaduais, o que só será feito depois de aprovada em plebiscito a Constituição federal (art. 1.º). Essa lei, que confere poderes legislativos aos chefes do Executivo estadual, com a colaboração dos departamentos administrativos criados por ela em todos os Estados, enumerou as matérias nas quais a vigência dos decretos-leis estaduais fica dependendo de aprovação do Presidente da República (art. 32). Entre essas matérias se inclui a divisão administrativa e a organização judiciária (n.º XIX).

Sobreveio, ainda no ano de 1939, o Código de Processo Civil nacional (Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro), que, tendo adotado nova sistemática processual, exigia, para sua perfeita execução, importantes alterações nas organizações judiciárias vigentes. Por êste motivo dispôs o seu art. 1.049:

“As leis de organização judiciária e os regimentos internos dos Tribunais adaptar-se-ão às disposições dêste Código, que sobre umas e outros prevalecerá”.

Essa disposição era, como é, perfeitamente legítima. Não se concebe que, conferida à União competência privativa para legislar sobre processo, pudessem os Estados decretar normas de organização judiciária, cuja aplicação viesse a anular ou deformar os princípios processuais sancionados pelo governo federal. Isto seria subverter as relações existentes no regime federativo, tornando as leis federais, legitimamente promulgadas no uso da competência legislativa da União, condicionadas a disposições divergentes da legislação estadual, em matéria tão relacionada com o processo, como é a organização judiciária.

A suposição de que o legislador federal, ao exigir a conformidade das leis de organização judiciária com o direito processual decretado pela União, estaria invadindo a esfera da competência legislativa dos Estados, não pode subsistir em face do princípio dos poderes implícitos da União. Se à União compete regular o processo, também lhe compete exigir as garantias mínimas para que êsse processo atue eficientemente. A *reserva de poderes* em benefício dos Estados, que constitui princípio do direito constitucional brasileiro em tôdas as nossas constituições republicanas, não veda aos Estados apenas os poderes que o texto constitucional expressamente atribui à União; veda-lhes também os poderes *implícitos* da competência federal (art. 21, II). E entre êstes po-

nadores dos Territórios, determinando quais as repartições federais a que deve ser transferido o serviço de arrecadação, nos municípios territoriais em que não existe órgão do Ministério da Fazenda. O pessoal lotado nas repartições do interior é geralmente escasso, sobretudo agora, com o acréscimo de trabalho que lhes é imposto. Nelas não há agentes lançadores, funcionários indispensáveis ao lançamento dos impostos diretos — indústrias e profissões e territorial — que passam para a jurisdição federal. Também o material de que dispõem — fichas, talões, guias, selos — não se presta para a cobrança dos novos tributos a elas confiados.

deres implícitos está o de, podendo e devendo determinar os fins, dispor sobre os meios indispensáveis à consecução desses fins.

Na vigência da Constituição de 91, quando o direito processual era da competência privativa dos Estados, a União promulgava normas processuais, ao regular certos institutos de direito substantivo, como se vê, por exemplo, no Código Civil, nas leis de falências e nas de acidentes no trabalho³⁰. A situação é semelhante à que hoje se verifica entre o direito processual, da competência da União, e a organização judiciária, da competência dos Estados.

Em consequência do citado mandamento do Código de Processo Civil, todos os Estados promoveram reformas nas respectivas organizações judiciárias, submetendo os projetos à aprovação do Presidente da República, na conformidade da citada exigência do Decreto-lei n.º 1.202. Estas circunstâncias permitiram ao governo federal realizar um estudo de conjunto das organizações judiciárias dos Estados, conformando-as com os dispositivos constitucionais em vigor e com as necessidades da nossa nova processualística. Por outro lado, o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, que dispôs sobre a divisão territorial do país, estabeleceu critérios uniformes para a divisão judiciária em todo o território nacional e para as respectivas denominações.

Também foram reformadas pelo Governo federal as organizações judiciárias do Distrito Federal³¹ e a do Território do Acre³². Mais tarde, ao ser criado o Território de Fernando de Noronha, também tratou o legislador de matéria judiciária. Finalmente, o Decreto-lei n.º 6.885, que motiva os presentes comentários, dá organização judiciária uniforme aos Territórios.

VII O DECRETO-LEI N.º 6.887

22 — Apontemos algumas das disposições mais importantes da lei de que nos ocupamos. Para mais completo conhecimento do assunto, julgamos imprescindível a leitura das minuciosas exposições de motivos* do Ministério da

30 V. PEDRO LESSA, *Do Poder Judiciário*, Rio, 1915, § 4.º, ps. 10 ss.

31 Decreto-lei n.º 2.035, de 27-2-1940.

32 Decreto-lei n.º 2.291, de 8-6-1940, alterado pelos Decretos-leis ns. 2.480, de 13-8-40, e 4.365, de 9-6-1942.

(*) Nota da Redação — As exposições de motivos referidas foram publicadas em *Arquivos do Ministério da Justiça*, n.º 10, págs. 56 e seguintes.

21. Os casos omissos e interpretações duvidosas, fatais num decreto como o projetado, que, conforme já dissemos, tem por fim solver com urgência uma situação irregular e confusa, deverão ficar a cargo de um grupo alerta e pronto de funcionários do Ministério da Fazenda, que se ponha em fácil contato com as repartições executoras do decreto. As leis estaduais — base da imposição federal — estão sujeitas, como todas as demais, a frequentes modificações que as ajustam a novas situações econômicas. O Governo Federal tem que se aparelhar para afeiçoar dia a dia a legislação tributária estadual, pois não poderão vigorar nos Territórios as alterações introduzidas pelos Estados em seus códigos fiscais.

Justiça e do D.A.S.P., que acompanham a lei. Elas dão notícia detalhada dos incidentes da elaboração do texto, bem como das razões que inspiraram o legislador, ao estender, com modificações, a todos os territórios, o sistema judiciário que havia sido decretado para o Território do Acre.

Os órgãos da justiça nos territórios são os tribunais do júri, os tribunais de imprensa e os juizes de direito, um para cada comarca; juizes substitutos, um para cada seção judiciária, que pode compreender uma ou mais comarcas; e juizes de paz, um para cada subdistrito (arts. 1.º, 2.º e 3.º).

Os tribunais do júri são organizados segundo o Código de Processo Penal (art. 7.º) e os tribunais de imprensa na conformidade do Decreto n.º 24.776, de 14-7-34.

Os tribunais do júri são organizados segundo o Código de Processo Penal têm vencimentos irredutíveis, com as restrições constitucionais já examinadas (art. 117). São nomeados por concurso (art. 38), com promoção por antiguidade e merecimento, de juizes substitutos a juizes de direito (arts. 38 e 39). O primeiro provimento nos cargos de juizes substitutos poderá ser feito pela nomeação de qualquer magistrado de carreira da justiça dos Estados, cujas áreas foram desmembradas para formação dos Territórios, ou de qualquer dos candidatos aprovados no último concurso para juiz substituto da Justiça do Distrito Federal (art. 168). Os juizes estaduais em exercício continuam nos cargos e funções com a respectiva jurisdição e competência, até que sejam aproveitados ou substituídos (art. 172). Os juizes de paz são demissíveis *ad-nutum* nos termos do Decreto-lei n.º 536, de 5-7-38 (art. 118).

Ao Tribunal de Apelação do Distrito Federal compete julgar as apelações e recursos de decisões dos Tribunais do Júri e de Imprensa dos Territórios e dos seus juizes de direito e substitutos,³² ressalvada a competência privativa do Supremo Tribunal, nas causas em que a União fôr interessada (art. 142, II, b). Os juizes de direito e substitutos estão sujeitos à disciplina correccional

32 Idêntica orientação tinha sido anteriormente adotada na reorganização dos serviços judiciários do Acre (Decreto-lei n.º 2.291, de 8-6-1940). Aliás, já o Decreto n.º 854, de 13 de outubro de 1890, dispunha no mesmo sentido em relação ao arquipélago de Fernando de Noronha: "Compete ao juiz de direito no território do arquipélago: 1.º — toda a jurisdição civil e criminal de 1.ª instância, com apelação e recursos voluntários ou necessários que couberem, conforme a legislação em vigor, para o tribunal de 2.ª instância da Capital Federal"...

22. Também ao Ministério da Fazenda caberá baixar instruções para o recolhimento, aos cofres da União, das importâncias acaso arrecadadas pelas repartições territoriais durante o ano de 1944.

23. A solução definitiva só poderá vir depois que V. Excia. se dignar constituir uma comissão para examinar cuidadosamente o problema. Tratando-se de matéria afeta ao Ministério da Fazenda (tributos), ao Ministério da Justiça (territórios) e ao Departamento Administrativo do Serviço Público, a quem V. Excia. confiou a elaboração de um anteprojeto da lei orgânica que deverá reger os Territórios — seria da máxima conveniência que a esses três órgãos, em conjunto, fôsse delegada competência para fixar os pontos mais gerais da questão, sobretudo no que toca à discriminação das fontes de receita.

do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, de suas Câmaras, do presidente do mesmo Tribunal e do Corregedor da Justiça do Distrito Federal (art. 144); nos crimes comuns e de responsabilidade são julgados pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (art. 142, I, a).

O Ministério Público dos Territórios tem por órgãos promotores públicos, um para cada comarca, e promotores públicos substitutos, um para cada seção judiciária (art. 4.º), e está sob a chefia do Procurador Geral do Distrito Federal (art. 143).

O Território do Acre é dividido em cinco comarcas (Rio Branco, Serra Madureira, Xapuri, Cruzeiro do Sul e Tarauacá); o do Amapá, em três (Amapá, Macapá e Mazagão); o do Rio Branco constitui uma só comarca; o do Guaporé é dividido em duas (Guajará-Mirim e Pôrto Velho); o de Ponta Porã, em cinco comarcas (Maracaju, Ponta Porã, Pôrto Murtinho, Bela Vista e Miranda); o do Iguaçu, em quatro (Iguaçu, Foz do Iguaçu, Xapécó e Clevelândia) (arts. 160 e 161).

Para o Território de Fernando de Noronha continua em vigor o Decreto-lei n.º 5.718, de 3-8-43, modificado pelos Decretos-leis ns. 6.519, de 23-5-44, e 6.649, de 29-6-44 (art. 169). Segundo essa legislação, que continua em vigor, o Território tem alguns serventuários da justiça, mas não tem autoridade judiciária residente. As causas civis e criminais relativas às pessoas nêle domiciliadas ou residentes, ou aos bens nêle situados, serão processadas e julgadas pela Justiça do Distrito Federal, salvo quando cometidas expressamente a outra jurisdição (militar, especial, trabalhista, etc.) (art. 12 do Decreto-lei n.º 5.718). O Secretário do Território tem funções de autoridade trabalhista (art. 7.º) e, no exercício dessas funções, está subordinado aos órgãos e autoridades competentes do Distrito Federal (art. 12, parágrafo único).

O Decreto-lei em exame trata ainda dos serventuários da justiça, dispondo minuciosamente sôbre o assunto.

Importa ainda mencionar o art. 171, segundo o qual os casos omissos serão regulados pela lei de organização da Justiça do Distrito Federal e, havendo omissão nesta, pela lei de organização judiciária vigente nos Estados de que foram desmembradas as diversas áreas dos Territórios.

Feito isto, então, poderia ser entregue a um grupo de técnicos da Fazenda o preparo do futuro Código Tributário dos Territórios. Essa a ocasião oportuna para se estudar o caso do Acre, o qual no momento nos pareceu mais conveniente deixar na situação *sui-generis* em que se encontra.

24. São estas, Senhor Presidente as considerações que julgamos oportuno fazer, ao submeter à assinatura de V. Excia. o projeto de decreto-lei junto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, Presidente.

Sim. — G. VARGAS.